

# CIDADÃO E CONSCIÊNCIA BEM INFORMADA

Uma introdução para “Formação de Consciência para cidadãos de Fé”

**Massachusetts Catholic Conference**

*Como que o Católico completa o seu papel como um Cidadão? Os Bispos Católicos Romanos nos Estados Unidos, lançaram esta importante questão na declaração de 2007 intitulada “Formação de Consciência para Cidadãos de Fé.” Todos os católicos são convidados a ler e refletir neste documento,, que está resumido aqui. Referências a todo o documento inclui as iniciais do título, “FCFC,” e o apropriado número do parágrafo.*



## **1.) Por que a Igreja Católica fala do aspecto moral da vida política?**

O ensinamento da Igreja Católica esta enraizado na realidade que cada pessoa tem uma consciência e assume que cidadãos devem agir conscientemente, especialmente quando justiça e direitos humanos estão em jogo (FCFC 17). Formando uma consciência “começa com a prontidão e abertura em achar a verdade e o que e direito” (FCFC 18). O ensinamento social Católico está baseado nos “princípios fundamentais e éticos que são comuns para todo mundo” (FCFC 55). Assim ao propor respostas tocando em dimensões morais do cidadão que apela para a razão humana, a Igreja não está impondo sua religião, mas ao contrário está respondendo para cada desejo inato da pessoa para sustentar o bem, incluindo na área pública. Uma moral concernente a inviolável dignidade de cada ser humano sendo este o papel do ensinamento social da Igreja (FCFC 10).

## **3.) Está a Igreja me dizendo em quem votar nas próximas eleições?**

Não, porque esta questão envolve muitos tipos de considerações pessoais que “tendo em conta os compromissos do candidato, caráter, integridade, e habilidade para influenciar uma determinada questão” que o melhor é deixar que o indivíduo vote (FCFC 37). Além disto, cidadania abrange mais que unicamente voto. Inclue campanha para candidatos para eleição de offices assim como estar envolvido nas questões das cédulas eleitorais, entrando em serviços governamentais em si, ou de qualquer forma trabalhando no popular, regional e nacional plano para influenciar a política pública. Sendo um cidadão, engajado na vida política da própria cidade, estado e país, cumpre o trabalho moral de promover o bem comum (FCFC 2). Antes de dizer aos Católicos em qual candidato apoiar ou opor-se, a Igreja oferece princípios básicos para fazer escolhas civis, dentro e fora da cabine de voto coerente com princípios morais.

***A Igreja não está exigindo que o governo adote os ensinamentos Católicos, mas está insistindo que a sociedade deve defender os direitos humanos.***

## **2.) Mas moralidade não poderia ser separada da lei e política pública?**

Lei e política pública envolve questões da justiça social. Justiça concerne a cerca do que é certo e bom, e assim tem uma dimensão moral objetiva que a Igreja Católica está bem preparada para endereçar (FCFC 9-10). A Igreja vê sua função não corretora de poder que substitue o estado, mas como uma fonte de sabedoria promovendo “maior discernimento dentro dos requerimentos autênticos da Justiça” (FCFC 14, citando Papa Bento XVI). Além disto, “nossa tradição nacional de pluralismo está realçado, não ameaçado, quando grupos religiosos e povos de fé trazem sua convicções e interesses na vida pública” (FCFC 11). As diferentes funções da Igreja e Estado não dita um divórcio entre lei e moralidade ou a exclusão da persuasão da arena pública, especialmente quando a dignidade da pessoa humana está em perigo. A Igreja não está impondo que o governo adote os ensinamentos Católicos, mas está insistindo que a sociedade deve defender os direitos humanos.

## **4.) Qual é a chave dos princípios morais concernentes para Igreja?**

Existem certas “verdades morais universal” a cerca da pessoa humana que cidadãos deveriam sempre procurar sustentar nas suas ações cívicas (FCFC 33). Políticos devem sempre cumprir os “valores fundamentais, como o respeito pela vida humana, sua defesa da concepção até a morte natural, a família construída dentro do casamento entre homem e mulher, a liberdade para educar suas crianças e a promoção do bem comum em todas as suas formas (FCFC 14, citando o Papa Bento XVI). Pensamentos políticos podem envolver a arte do compromisso, estas coisas são negociáveis. Para interferir com eles é sempre e em qualquer lugar errado. “Existem muitas coisas nós nunca devemos fazer, como indivíduos ou como sociedade porque eles são sempre incompatíveis com o amor de Deus e do próximo” (FCFC 22). Enquanto nem todo princípio moral pode ser consagrado em lei, “é importante reconhecer que nem todos caminhos de ação são moralmente aceitáveis (FCFC 20).



**5.) Existem alguns erros que são piores que outros?**

Sim. Existem erros sempre e em qualquer lugar, por exemplo para intencionalmente destruir inocente vida humana, promovendo racismo,, reconhecendo o casamento de mesmo sexo, ou abandonando o pobre e vulnerável preferindo o rico e poderoso (FCFC 22, 29,46, 50-51, 86). Tais ações são “sempre opostos ao lado autêntico e bom das pessoas” e são portanto chamados “intrinsecamente mal”(FCFC 22). Adicionalmente, existe uma “moral imperativa para responder as necessidades dos nosso próximo – necessidades básicas como comida, abrigo, assistência médica, educação e significativo trabalho – ( que é) universalmente ligado nas nossas consciências(FCFC 25). Além disso, a ética de vida consistente na Igreja “nem trata todos os temas como moralmente equivalentes nem reduz o ensinamento católico para um ou dois temas” (FCFC 40).



**7.) O que o ensinamento da Igreja diz a cerca de votar, especialmente quando não há candidato perfeito?**

Votar em boa consciência depende da habilidade para “perceber a própria relação dentro da boa moral” (FCFC 34). Nem todas as razões que um candidato particular pode oferecer para seu ou sua eleição “carregará o mesmo peso moral” (FCFC 37). Se o voto de alguém está baseado na aprovação da posição do candidato favorecendo o direito ao aborto ou racismo, por exemplo, então não importa se o candidato seja bom em outras questões, “o votante será culpado de cooperação formal num grave mal moral” (FCFC 34). Em adição, um votante pode legitimamente votar contra, em contrário a um conveniente candidato baseado em “um simples fato que envolve intrínseco mal (FCFC 42). Isto porque “a obrigação moral de opor ao intrínseco mal tem uma especial exigência nas nossas consciências e ações” (FCFC 37). A Igreja cuida para que tais votantes de qualquer forma não sejam indiferentes ou desatenciosos para outros importantes fatos morais (FCFC 34).



**6.) Mas não existe diferenças legítimas de opinião para Católicos nos temas da política pública ?**

A Igreja insiste que “aqueles de propósito, de boa vontade, e diretamente suportam política pública que encobre princípios fundamentais e morais, coopera com o mal” (FCFC 31). Uma consciência bem informada, nunca suportará intrinsecamente más ações (FCFC 18). Mas os julgamentos e recomendações promulgadas pela Igreja lider em outras áreas, como “a guerra no Iraque, moradia, saúde e imigração... não implica a mesma autoridade como estadista dos ensinamentos da moral universal” (FCFC 33). Assim, por exemplo, enquanto uma “bem formada consciência ajudada pela prudência, começa com oposição completa das leis e outras políticas que violam a vida humana ou enfraquecem a sua proteção” (FCFC 31), o traafirmativo para responder as “necessidades de outros” pode ser legitimamente realizada por vários significados(FCFC 25). Ao determinar como estas obrigações afirmativas podem ser alcançadas, julgamentos prudentes podem legitimamente diferir e existe uma maior liberdade no exercício de uma consciência. Mas até estas questões, não todas escolhidas pode ser igualmente válidas, e a orientação dos Bispos devem ser consideradas com cuidado. (FCFC 33).

**8.) Pode um Católico alguma vez votar para um candidato que é a favor do acesso ao aborto ou outros intrínsecos males?**

Sim, um votante “que rejeita uma posição inaceitável do candidato” favorecendo um mal intrínseco apesar disto pode votar em boa consciência para este candidato apesar de seu ou sua posição errada, mas somente se não houver melhor alternativa na cédula de voto e este voto é baseado em “verdadeira e grave razões morais (FCFC 35). A declaração dos Bispos dos Estados Unidos de 2007 não descreve que tipos de razões sérias podem justificar votar para candidatos que, por exemplo, apoiam o acesso ao aborto, mas isto rejeita o desejo do votante para “promover pequenos interesses”, futuros “preferências partidárias”, ou de outra forma “ignore uma moral fundamental do mal” como insuficientemente grave (FCFC 35). Um engajamento político deve ser enfocada na dignidade de cada ser humano, na procura do bem comum, e na proteção do fraco e vulnerável” e assim como Católicos, nós devemos ser guiados mais pelas convicções morais que pelos nossos relacionamentos com partidos políticos ou grupo de interesse” (FCFC 14).

***Onde eu posso obter a Declaração dos Bispos dos Estados Unidos de 2007?***

O texto completo da “Formação da Consciência para os Cidadãos de Fé pode ser encontrado no site da Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos <http://www.usccb.org/faithfullcitizenship/FCStatement.pdf>

Cópias podem ser ordenadas online

<http://www.usccbpublishing.org>

ou chamando

**1-800-235-8722**

